

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa, é hora de cultivar a paz, não a violência.

Nos últimos dias, a imprensa tem dado alguma ênfase à possibilidade de tipificação dos atos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como terrorismo. Segundo consta, essa é uma ideia defendida por Parlamentares da “bancada da bala” nesta Casa, bem como pelo Governo eleito.

Sr. Presidente, tipificar atos dos movimentos sociais como terrorismo é atentar contra a nossa Constituição Federal. Protestar e organizar greves, por exemplo, são direitos constitucionais consagrados.

É direito do movimento de luta por moradia brigar por moradia digna. É direito das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos lutar por condições dignas de trabalho e pela regulamentação da categoria. É direito das mulheres lutar por uma condição de igualdade, contra o machismo e a misoginia. É direito do povo LGBT lutar contra a discriminação. É direito das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais lutar pela reforma agrária.

Já estão falando em tipificar o comunismo como crime; em prender até 100 mil pessoas ligadas a movimentos sociais; em substituir o corpo diplomático do Itamaraty para “se livrar do marxismo”; em estabelecer um pensamento único através do Escola sem Partido.

As mesmas pessoas que defendem essas ideias se dizem contra a ideologização nas instituições. No entanto, com tais convicções, mostram-se claramente contra o pensamento crítico.

Foi assim que se deu o implemento da ditadura no País em 64: através do tolhimento do livre arbítrio do indivíduo, através da criminalização dos movimentos sociais. Isso o povo brasileiro não quer e não poderá admitir.

É fundamental que se combata o ódio com paz e diálogo, pois só assim avançaremos. A truculência não nos levará a nada e a lugar nenhum.